



CAMPO ABERTO

Gisele Loeblein
gisele.loeblein@zerohora.com.br
zhora.co/giseleloeblein
3218-4709

MAIS ALGUNS DIAS ATÉ RECUPERAR O RITMO

Ainda serão necessários de cinco a sete dias para que o despacho de produtos de origem animal – como as carnes de frango, suína e bovina – retome o ritmo normal nas fronteiras e portos do Estado e do país. É que depois de 15 dias de paralisação dos fiscais federais agropecuários, leva um tempo até que o fluxo seja normalizado. A emissão do certificado sanitário internacional, documento essencial para a exportação é uma das tarefas realizadas pelos servidores, também à frente da inspeção e fiscalização de indústrias.

Na sexta-feira, em assembleias em todo o país, a categoria decidiu colocar um ponto final na paralisação, principalmente pelo retorno obtido com o Ministério do Planejamento – reajuste salarial de 10,8% em dois anos e mudança no nome do cargo, para auditor fiscal federal agropecuário.

Houve uma dose de frustração da categoria, que esperava do Ministério da Agricultura mais do que o ofício enviado ao sindicato.

No Rio Grande do Sul, com 470 fiscais, entre ativos e inativos, a votação pela volta foi unânime.

– Tivemos grande adesão na greve, de 95%, acima das nossas expectativas – afirma Consuelo Paixão Côrtes, delegada sindical no RS do Sindicato Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários.

Conforme projeção da Associação Brasileira de Proteína Animal, que reúne as indústrias de aves e suínos, 25 mil toneladas de produto deixaram de ser embarcadas no período da greve. Francisco Turra, presidente da entidade, entende que será necessário uma semana para normalizar o ritmo:

– Os efeitos foram variados. Há plantas que sentiram muito.

Com o fim da greve, também serão retomadas as atividades nas unidades do Laboratório Nacional Agropecuário Nacional (Lanagro), que incluem, por exemplo, teste e aprovação das vacinas utilizadas na segunda etapa da campanha nacional de vacinação contra a febre aftosa.

Agora, é correr o contra o relógio para tentar recuperar o quanto antes o tempo perdido.

TOMOU FORMA

Ancorada na aposta de que existe potencial de crescimento para as lavouras do cereal no sul do Brasil, a gaúcha Biotrigo acaba de entregar o resultado do investimento de R\$ 20 milhões na construção de nova sede em Passo Fundo, no Norte, com de 14 hectares e 6 mil metros quadrados de área construída.

– Toda estrutura é voltada a gerar tecnologia. Temos 90% de participação no mercado e decidimos investir para estarmos bem posicionados no médio e longo prazo, quando acreditamos que a área do trigo

vá crescer, ganhando ainda mais importância – diz Ottoni Rosa Filho, diretor da Biotrigo.

Na planta nova há ainda outra novidade: o certificado de edificação construída de nível A, emitido no Inmetro e Eletrobras/Procel Edifica. É uma espécie de atestado de consumo econômico de energia.

O prédio foi todo pensado para gerar uso consciente e racional desse recurso. O vidro usado na fachada da sede administrativa, por exemplo, reflete mais o calor, evitando uso excessivo de ar-condicionado.



DORIS ZAMBONI/REUTERS

NO RADAR

DEPOIS de muito balançar, o Ministério do Desenvolvimento Agrário ficou de pé. E ainda incorporou parte das atribuições da Pesca, dividida com a Agricultura. A decisão foi comemorada por entidades e parlamentares ligados à produção familiar.

DEVEM COMEÇAR A SER ENTREGUES ATÉ A SEGUNDA QUINZENA DO MÊS, NAS INSPECTORIAS VETERINÁRIAS, AS DOSES DE VACINAS CONTRA A AFTOSA DISTRIBUÍDAS GRATUITAMENTE PARA PECUARISTAS COM PRONAF OU DO PROGRAMA ESTADUAL DE PECUÁRIA FAMILIAR COM ATÉ 30 ANIMAIS. A SEGUNDA FASE DA IMUNIZAÇÃO OCORRE EM NOVEMBRO.



VALDIR/REUTERS

Advogados da ação movida por Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado (Fetag-RS) e sindicatos rurais contra a Monsanto prometem recorrer agora às instâncias superiores para tentar reverter a mais recente decisão, favorável à multinacional.

O processo, que se arrasta desde 2009 nos tribunais, questiona a legalidade do sistema de cobrança de royalties estabelecido pela empresa para a tecnologia Roundup Ready (RR1), a primeira geração de soja transgênica.

Ao julgar os recursos infringentes, os desembargadores decidiram, por sete votos a um, que há validade na forma estabelecida.

– Era a última instância no Rio Grande do Sul para discutir a questão. Avaliaram

EM OUTRO TRIBUNAL

que é legal a cobrança na moega – diz Luiz Henrique do Amaral, advogado da Monsanto, com relação

ao percentual a ser pago sobre a produção, um dos pontos questionados na ação.

Com essa definição, a empresa também não precisa ressarcir valores já pagos pelos agricultores.

Os produtores haviam obtido vitória na decisão em primeira instância, revertida depois em avaliação feita pela 5ª Câmara Cível, em setembro do ano passado. Como não foi unânime, cabiam os recursos agora julgados, no próprio Tribunal de Justiça do Estado.

– Foi um placar alongado, mas uma decisão equivocada na nossa avaliação. Vamos recorrer – afirma Néri Perin, advogados dos produtores.

FARSUL ELEGE HOJE NOVA DIRETORIA

Sai ainda hoje o resultado da eleição para a nova diretoria da Federação da Agricultura do Estado (Farsul), uma das principais entidades do setor, no triênio 2016-2018. A votação, feita em cédula de papel, vai das 9h às 16h e ocorre na sede da entidade, na Capital. A previsão é de que por volta das 17h já se conheçam os números. Ao todo, 135 sindicatos rurais do Estado estão aptos a participar da escolha.

O faturamento agropecuário brasileiro deve crescer 4,4% neste ano, segundo a mais recente projeção da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), que indica

R\$ 509,54 bilhões

em valor bruto da produção. O cálculo foi feito com base em dados de preço e produção do mês de agosto.

AS COOPERATIVAS gaúchas querem angariar aliados na batalha para fazer o governo desistir da ideia de cortar 30% dos recursos destinados ao Sistema S. Hoje, em um café da manhã, entregarão manifesto aos presidentes das frentes parlamentares ligadas ao setor, na Câmara e na Assembleia.